

Cidades.

**Via-crúcis
atrás de
ortopedista**

Com dores na coluna, paciente passou por quatro unidades de saúde em São Mateus, mas não havia ortopedista em nenhuma delas. **Página 14**

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

COTAS RACIAIS

AUTODECLARAÇÃO NÃO

BASTA, DIZ MOVIMENTO

Para membros do Movimento Negro, deve haver mais critérios

▲ **FREDERICO GOULART**
fgoulart@redgazeta.com.br

Embora defendam que a palavra do próprio candidato sobre a cor de sua pele deva ser o principal critério para que as universidades federais definam a raça dos alunos beneficiados pela Lei de Cotas, representantes do movimento negro acreditam que outros métodos devem ser incorporados ao mecanismo para evitar distorções.

É o que aponta, por exemplo, o professor e diretor do Centro de Estudos da Cultura Negra (Cecun), Gustavo Forde. Para ele, há a chance de que pessoas que não sejam pretas ou pardas se declarem assim. “É falsidade ideológica. É preciso estabelecer referências para evitar isso.”

Para Forde, comissões ou comitês formados por pesquisadores ou representantes da comunidade negra devem ser os responsáveis por criar esses códigos. “Na prática, eles devem apontar as marcas fenotípicas (cor da pele, textura do cabelo e formato do nariz) que precisam ser respeitadas.”

Segundo o professor, “no Brasil, o racismo é de marca, não de origem”. “É um racismo de matriz fenotípica, não de árvore genealógica. Ter sangue africano não importa para as relações raciais.”

Forde defende, no entanto, a legalidade da auto-declaração. “É o princípio usado pelo Censo do IBGE. O critério tem que ser considerado, entre outras razões, pois no Brasil não é tão confortável ser negro

quanto é ser branco.”

Luiz Inácio Silva da Rocha, coordenador do Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes), concorda: “Assumir-se negro não é realizar uma declaração qualquer”. Ele defende que, se o critério apresentar problemas, pode ser submetido depois a uma mudança.

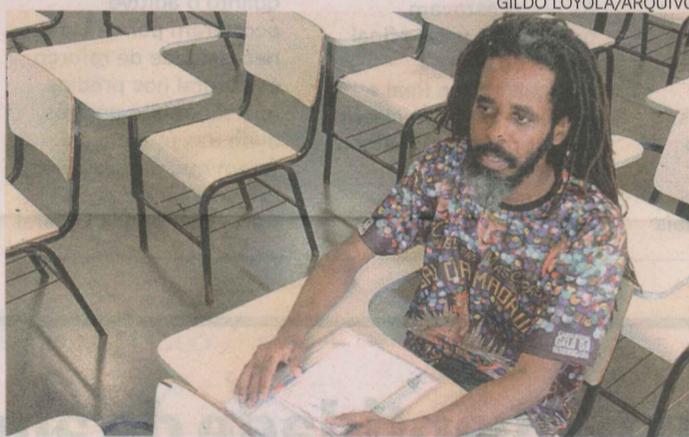
Professora de Genética Humana da Emescam, Flávia Imbroisi Valle Erreira acredita que o critério pode se apresentar complexo, pois o Brasil é um país com várias doses de mistura. “Há pretos com material genético de branco e vice-versa”, observa.

NOVA REGRA

A nova regra, cuja regulamentação foi apresentada na última segunda-feira, reserva 50% das vagas nas instituições federais para estudantes da rede pública. Parte delas será distribuída seguindo critérios raciais.

No anúncio, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, foi enfático ao reafirmar a possibilidade de as universidades criarem comissões para confirmar a informação do aluno — modelo utilizado pela Universidade de Brasília.

Para a pró-reitora de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Maria Auxiliadora Corassa, “não cabe à instituição definir a raça de ninguém” e “cada aluno é responsável por sua declaração”. O reitor, Reinaldo Centoducatte, disse à TV Gazeta que medidas serão tomadas se houver distorção.



GILDO LOYOLA/ARQUIVO

“A declaração deve ser acompanhada pelo trabalho de comissões que criem referenciais a serem cumpridos”

—
GUSTAVO FORDE
MOVIMENTO NEGRO



MARCOS FERNANDEZ/ARQUIVO

“Se houver distorção, provavelmente denúncias aparecerão. Vamos apurar e adotar medidas”

—
REINALDO CENTODUCATTE
REITOR DA UFES

Censo: mais negros na faculdade

▲ Dados do Censo da Educação Superior 2011, divulgados ontem pelo Ministério da Educação (MEC), apontam aumento no número de pretos e pardos jovens com ensino superior no país. Em 2011, 8,8% dos jovens autodeclarados pretos, com idade entre 18 e 24 anos, frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior. Em 2004, a proporção era de 5%; e em 1997, de 1,8%.

Quando se analisam os números de jovens autodeclarados pardos, também houve crescimento: em 2011, 11% dos jovens pardos, de 18 a 24 anos, frequentavam ou já haviam concluído a faculdade. Em 2004, eram 5,6%; e em 1997, 2,2%.

Os números foram divulgados um dia após a publicação de portaria que trata da Lei das Cotas. “Isso (esse aumento) foi muito importante, mas eles (pretos e pardos) continuam muito abaixo do peso que têm na população. Nossa meta é que a participação de negros no nível superior seja a mesma do Censo do IBGE”, disse o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Entre 2010 e 2011, a matrícula no ensino superior cresceu 7,9% na rede pública e 4,8% na rede privada. (Com agências)

A RESERVA EM OUTRAS UNIVERSIDADES

Cotas no Brasil

▼ Raciais

Universidades de Brasília (UnB), Tocantins, Santa Maria (RS), Paraná, Tocantins e Alagoas

▼ Sociais

Universidades do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Uberlândia, Grande Dourados (MS), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG) e Pernambuco

▼ Sociais e Raciais

Universidades de São Paulo (Unifesp), Grande

ABC (UFABC-SP), Pampa (RS), São João Del-Rei (MG), Juiz de Fora (MG), Goiás, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Vale do São Francisco (PE), Maranhão, Pará e Mato Grosso

Critérios

▼ Autodeclaração

Basta que o aluno se declare negro ou pardo. Esse é o critério de universidades como a de Juiz de Fora (MG) e do Mato Grosso

▼ Entrevista

A UnB realizava uma entrevista para avaliar se o aluno tem “traços fenotípicos” que o caracterizam como negros. Critério semelhante é utilizado na federal do Paraná

▼ Índios

Na UnB também há cotas par índios. Para ser contemplado, é preciso enviar carta de recomendação de lideranças indígenas